

O trote como crise sacrificial na universidade: a violência fora de controle

Hazing as a sacrificial crisis at the university: violence out of control

Las novatadas como crisis sacrificial en la universidad: la violencia fuera de control

Antônio Ribeiro de Almeida Jr. ⁽ⁱ⁾

Antônio A. S. Zuin ⁽ⁱⁱ⁾

⁽ⁱ⁾ Universidade de São Paulo – USP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, Economia, Administração e Sociologia, Piracicaba, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4953-7971>, almeidaj@usp.br

⁽ⁱⁱ⁾ Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Educação, São Carlos, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6850-2897>, dazu@ufscar.br

Resumo

A partir da obra de René Girard, este estudo busca analisar o trote universitário como crise sacrificial que desencadeia práticas de violência fora de controle. Como fundamentação teórica, foram utilizados textos de Pierre Clastres, Arnold Van Gennep e Victor Turner, entre outros. Analisou-se, metodologicamente, o trote universitário a partir das considerações desses autores sobre os ritos violentos, investigando trotes que ocorrem nas universidades brasileiras, como raspar os cabelos, pinturas corporais, “aulas trote”, campanhas universitárias contra o trote e o “trote solidário”. Concluiu-se que são necessárias análises críticas a respeito do trote, para que novas formas de recepção dos estudantes, sem qualquer uso de humilhação, submissão ou violência sejam colocadas em prática pelas universidades.

Palavras-chave: trote universitário, educação, universidade, sacrifício, rito de passagem

Abstract

Based on René Girard, this study aims to analyze university hazing as a sacrificial crisis that triggers practices of violence out of control. Texts by Pierre Clastres, Van Gennep, and Victor Turner were used as the theoretical background of this study. We methodologically analyzed university hazing based on these authors' considerations on violent rites, investigating hazing behaviors as shaved heads, body painting, "hazing classes," university campaigns against hazing, and "solidary hazing." We found the necessity of critical analyses on hazing so universities install new forms of welcoming students without any use of humiliation, subjection, or violence.

Keywords: college hazing, education, university, sacrifice, rite of passage

Resumen

A partir del trabajo de René Girard, este estudio pretende analizar las novatadas universitarias como una crisis sacrificial que desencadena prácticas de violencia fuera de control. Como base teórica se utilizaron textos de Pierre Clastres, Arnold Van Gennep y Victor Turner, entre otros. Se analizan metodológicamente las novatadas universitarias a partir de las consideraciones de estos autores sobre los ritos violentos, investigando las novatadas que tienen lugar en las universidades brasileñas, en particular el llamado afeitado del pelo, las pinturas corporales, las llamadas "novatadas de clase", las campañas universitarias contra las novatadas y las "novatadas solidarias". Se concluye que son necesarios análisis críticos sobre las novatadas, para que las universidades pongan en práctica nuevas formas de recepción de los estudiantes, sin humillación, sumisión o violencia.

Palabras clave: novatadas universitarias, educación, universidad, sacrificio, rito de paso

Introdução

O trote universitário tem provocado polêmicas em diversos países, de modo que suas dinâmicas merecem ser investigadas cuidadosamente. Em um mundo em que os ritos estão perdendo seu lugar (Han, 2021), o trote apresenta uma resiliência espantosa, sobrevivendo às campanhas e leis que a ele se opõem. Este texto resgata a trajetória dos ritos de passagem que envolvem violência, buscando demonstrar que o trote é um desses ritos violentos, mas não simplesmente uma repetição com o mesmo sentido e dimensão social do passado. Nas condições atuais, o trote imola as tendências emancipatórias dos jovens que chegam à universidade, sacrificando aquilo que há de mais precioso nos estudantes: suas propensões a

criar um futuro mais humano. Mostramos, ainda, que o trote é um instrumento político para o controle social dos universitários e sequestro dos campi, bloqueando o desenvolvimento da universidade em direção à democracia e à justiça social.

Por meio da análise de uma prática considerada “leve” – a “aula trote” –, das campanhas universitárias contra o trote e do “trote solidário”, buscamos evidenciar as contradições da universidade que deseja empregar o trote como violência unificadora, mas se expõe à violência fora de controle, exacerbada, física, que os grupos trotistas praticam. Aqui não há raio em céu azul, mas uma violência previsível e necessária para testar o novo aluno em sua submissão ao grupo trotista. Apontamos os conluios políticos entre dirigentes da universidade brasileira e esses grupos que resultam na resiliência do trote, revelando o caráter conservador ou mesmo reacionário da instituição.

Os avanços da democracia que questionam o patriarcado, o racismo, o etnocentrismo e o machismo tornam insustentável a manutenção do trote, fundado em todo tipo de discriminações e preconceitos (Almeida Júnior, 2016; Almeida Júnior & Queda, 2006; Conchão, 2023). Também são intoleráveis as posturas contra o cuidado com o ambiente mantidas pelos grupos trotistas. Por isso, na universidade, não há espaço para uma reconciliação social fundada no recrudescimento da violência trotista. Ao contrário, no futuro, a pacificação e a união social dentro dos campi só serão viáveis pela abolição do trote; somente a completa extinção do trote em todas suas modalidades, “leves” e “pesadas”, permitirá a reconciliação no interior da universidade. Ninguém é brinquedo de ninguém. Nas condições atuais, os indivíduos que praticam o trote, os grupos trotistas e as instituições que os acobertam podem ser, inequivocamente, classificados como criminosos (Swofford, 2020).

O trote como herdeiro dos ritos sacrificiais: violência e coesão grupal

Nas sociedades primevas e sem Estado, as comunidades são relativamente pequenas. Nelas, a verdadeira unidade humana não é o indivíduo, o casal ou a família, mas um grupo composto por algumas dezenas de pessoas, grande o bastante para garantir a reprodução material e cultural, mas, ao mesmo tempo, suficientemente pequeno para permanecer

intensamente coeso e igualitário. A sobrevivência impõe essa forte coesão como necessidade premente. Qualquer divisão, qualquer desavença, pode ser fatal para a comunidade. Para evitar tão perigosa desunião, os espaços sociais e psíquicos para a divergência e valores independentes são severamente limitados. As identidades individuais são constantemente inibidas, e, em seu lugar, são estimuladas personalidades fortemente vinculadas ao coletivo. Evidentemente, os indivíduos não podem ser completamente esmagados, dado o caráter dialético da relação coletivo/indivíduo.

Alcançar tamanha coesão é uma proeza social de primeira ordem. A descoberta sobre como produzir uma forte unidade manifesta-se de modo culturalmente definido em cada grupo, mas, como apontam Girard (1990), Clastres (2003), Van Gennep (1960) e muitos outros, seu caráter universal atesta sua eficácia como dinâmica que resulta na sobrevivência. Quem se reproduz e sobrevive não é meramente o indivíduo mais apto, mas, também, e talvez principalmente, o grupo coeso.

Muitos autores (Clastres, 2003, 2004; Girard, 1990; Turner, 1969; Van Gennep, 1960) apontam o rito como fonte fundamental das forças psíquicas e sociais que geram tal coesão grupal e, ao mesmo tempo, acobertam suas motivações materiais, turvando o entendimento dos participantes. A violência do rito testa, de maneira radical, se o iniciado está pronto para ser parte da comunidade, se está disposto a se sacrificar, permanecendo obediente às leis do grupo. A iniciação verifica se ele é capaz de abdicar de impulsos que poderiam conduzi-lo a agir contra a unidade grupal. Em outras palavras, depois de suportar o rito, considera-se que a pessoa não promoverá o desentendimento na comunidade, não colocará seu grupo diante de uma ameaça existencial. O rito raramente chega a ser letal, mas é sempre muito desagradável e doloroso, finalizando aquilo que uma pedagogia impositiva, que não dialoga, preparou. A sobrevivência do grupo está acima dos interesses e impulsos individuais.

Clastres (2003) mostra que, nas sociedades sem Estado, por meio da dor, o rito inscreve no corpo uma igualdade inquestionável entre os membros do grupo. Ninguém é melhor ou pior do que ninguém. Ninguém aspirará ao poder sobre o outro. A cooperação grupal fica selada pelo teste ritual. Podemos pensar que os primeiros deuses são representantes da igualdade, da solidariedade, do compromisso com o coletivo, da indissociável relação entre todo e parte, que os grupos humanos cultivaram para garantir sua própria sobrevivência.

Nessas sociedades, a violência ritual é uma grande invenção social que permite ao grupo alcançar uma coesão capaz de ampliar suas chances de sobrevivência. Essa violência é considerada legítima porque previne uma violência muito maior que seria liberada caso o grupo fosse cindido. Ela é justificada por um aparato religioso que a torna compreensível, aceitável, legítima.

Para aqueles que se submetem ao rito, trata-se de um sacrifício de suas identidades individuais por outra coletivamente mais oportuna. O rito realiza uma esconjuração brutal dos impulsos individuais e invoca a unidade, a harmonia comunitária, a cooperação, o coletivo, o todo. O rito é uma morte simbólica do individual e um renascer para o grupo. Recusá-lo é recusar o coletivo, recusar a lei do grupo que foi divinizada, tornando-se legítima e obrigatória. A punição por uma recusa dessa natureza é a marginalização, sem acesso a grande parte dos recursos do grupo, e, em alguns casos, a morte (Laraia, 1967; Stonequist, 1937).

A imaginação mítica e religiosa participou da invenção social do rito, capaz de unificar e sustentar o grupo. Na realidade, como sugeriu Durkheim (1996), o grupo é o verdadeiro deus, impondo sua lei acima e além dos indivíduos. As aparências nas quais cada membro está imerso informam que o grupo está apenas seguindo a ordem divina. A divinização das leis agrega à força social e impositiva do grupo elementos sobrenaturais capazes de gerar sentido, guiar os indivíduos, provocar temor e obediência, enfim, capazes de moldar e controlar os impulsos individuais. Essa divinização só é possível por meio do consenso, da ausência de questionamento e de divisões. Temos, assim, um ciclo que se retroalimenta, uma simbiose entre o sagrado, o rito, a harmonia e a coesão do grupo.

A violência e a crueldade do rito são tidas como necessárias, legítimas, divinas. Nas palavras de Girard (1990), trata-se de uma “violência boa”, que evita a violência maior que poderia ser supostamente desencadeada pelos deuses, que corresponderia ao caos total, à cisão dos céus. A “violência impura” é, de fato, desencadeada pela divisão do grupo, pelo fim do consenso que garante o funcionamento das leis e das distinções entre o bem e o mal, que estão na base do ordenamento social. Um estado de indiferenciação perigoso e descontrolado que precisa ser contido pelo sacrifício.

Por meio da doutrinação, da intimidação sobrenatural, da dor, da tortura etc., os ritos são capazes de quebrar a vontade individual, impor limites aos impulsos pessoais e degradar a subjetividade, substituindo, se necessário, a personalidade original por outra. Eles estão no

centro das dinâmicas de coletivos fortemente coesos, não uma coesão por consenso, mas uma coesão por homogeneidade imposta.

O rito violento atua em diversos níveis, não sendo inteiramente racional ou funcional. Ele realiza algo vital, ele funciona, mas também encobre o que faz, parecendo realizar outra coisa. Ele é eficaz em relação a seu objetivo principal de produzir grupos aptos a sobreviver e prosperar, mas afirma realizar algo diferente. Mistura o empírico darwinista e o místico religioso. O rito é envolto em mistério, se encobre com mistérios. “Não o sabem, mas o fazem”. Ele estabelece tabus e procedimentos arbitrários e, ao mesmo tempo, pelas costas das pessoas, realiza algo vital, decisivo para a sobrevivência da comunidade. O rito proíbe e autoriza, dá sentido ao mundo e às ações, tendo, portanto, efeito pedagógico.

Já nas sociedades com Estados, tudo isso é invertido. O rito de passagem não é mais para marcar a igualdade entre todos os membros do grupo. Há uma cisão da sociedade – um grupo constitui ou domina o Estado e fica em condições de subjugar aqueles que a ele não pertencem. Agora, nessa nova condição, o rito testa a lealdade ao grupo opressor, que seleciona seus membros. A regra fundamental não é a cooperação, mas a competição. Não é para produzir igualdade, mas para criar hierarquias que o rito atua. O segredo não é mais compartilhado com todos, é um privilégio que abre as portas para uma vida militar, sacerdotal, técnica, quase sem trabalho manual (Kim, 2015; Kusimba, 2020). A lealdade ao grupo é estabelecida contra a sociedade, contra a unidade social. Uma espessa trama discursiva justifica e naturaliza as desigualdades e a cisão social. O rito cristaliza as diferenças e as divergências de interesses. Um abismo social se forma entre os que comandam e aqueles que são comandados. Os excluídos do rito violento são vistos pelo grupo dominante como inferiores, menos humanos, indignos de respeito, e uma soberba se instaura no grupo de iniciados.

O rito torna-se vital para o controle sobre o Estado, território e população. Ao unir o grupo dominante, ele viabiliza a extração de riquezas produzidas pela população subjugada. Esse modelo é copiado em muitas instituições que começam a exigir de seus membros a passagem por um ritual específico. Cada organização é vista como um pequeno território, fechado para os não participantes, que será comandado apenas por seus iniciados, um pequeno Estado. Há uma proliferação de ritos característicos a cada organização.

No princípio, esses grupos iniciados assumem as atividades militares, sacerdotais e técnicas, que correspondem às posições de comando e de privilégio. Para eles, o rito violento é

parte inescapável dos processos de recrutamento e formação. Mais tarde, nas sociedades modernas, teremos que acrescentar também a educação universitária que dá legitimidade para que algumas pessoas tenham postos de comando na sociedade.

Apesar dos problemas que começam a aparecer no uso do rito para constituir grupos privilegiados, nesses primeiros Estados, o rito é vital para a nova organização da sociedade, fazendo avançar o domínio sobre a natureza e amplificando a complexidade social.

Sinteticamente, podemos dizer que o rito está ligado a um processo formativo que molda as personalidades para atender necessidades prementes da sociedade e dos grupos. Esse processo testa a lealdade e marca a pessoa como pertencente a um determinado grupo. Nas sociedades sem Estado, esse molde visa incluir todos e é uma condição para a própria vida social. Com o aparecimento do Estado, o teste e a inclusão não são para todos, mas apenas para aqueles que estão destinados a governar a sociedade, aqueles que serão privilegiados, escapando ao trabalho manual.

Nas empresas das sociedades capitalistas contemporâneas, o controle social é simplificado por uma relação econômica, por um salário que basta para submeter a todos. O dinheiro e o salário substituem muitas das outras relações de subordinação social. O rito permanece para algumas posições de comando, mas, na empresa capitalista, a coesão é estabelecida por pagamentos em dinheiro. O bullying e o assédio moral (Freitas et al., 2008) têm um papel relativamente secundário no controle das unidades de trabalho e produção. Por isso, a dependência em relação aos ritos violentos torna-se fraca dentro das organizações de produção, sendo quase invisível nas empresas capitalistas, sobrevivendo mais como resíduo histórico do que como centro das relações de poder. Esses ritos não desaparecem dos processos de recrutamento, seleção e formação dos grupos dominantes, mas seu significado muda drasticamente. Agora, o rito possui um componente de cinismo, arrogância, pretensão e soberba que revela seu caráter disfuncional e degradado. O rito não faz avançar a harmonia coletiva, nem permite o aumento da complexidade social, mas se coloca como um obstáculo a uma nova igualdade, a um aprofundamento da democracia, ao processo histórico de humanização e da possibilidade de reconciliação com a natureza interna e externa.

Depois dessas considerações preliminares, examinaremos o trote universitário mais detidamente. É evidente que, nele, a trama ritual tem suas peculiaridades, no entanto, ela guarda elementos importantes de sacrifício do individual e mergulho em um coletivo. Podemos pensar

o campus como um território separado do restante da sociedade. Para nele entrar, existem barreiras sociais e, muitas vezes, físicas. Para os funcionários e docentes, é preciso passar em concursos e provas para ingressar. Para os estudantes, é preciso ser aprovado em um vestibular ou algum outro tipo de seleção. Trata-se de um território privativo, ao qual apenas algumas pessoas têm livre acesso.

Dentro do campus, docentes e funcionários são pessoas já formadas, plenamente incorporadas em suas funções sociais. O mesmo não ocorre com os estudantes, que estão em formação, a caminho de uma incorporação em suas profissões. O rito violento atinge esse grupo em formação, não com a intenção de incorporá-lo à universidade ou à sociedade como um todo, mas com o objetivo obscuro de inserção em um grupo profissional privilegiado, destinado ao comando, pouco afeito à igualdade e à democracia.

O trote resulta de um longo embate histórico das forças que lutam para controlar a universidade. Como aparelho de doutrinação das “elites” intelectuais e técnicas, a universidade tem uma atuação social muito mais ampla do que é geralmente reconhecido. Mudanças na universidade, na formação oferecida e nas pedagogias adotadas têm enorme repercussão social. Por isso, muitos acreditam que a universidade precisa ser contida dentro de determinados limites que possam frear suas tendências emancipatórias (Almeida Júnior, 2022; Andrade, 2022; Chomsky, 2004; Said, 2005).

Não obstante a universidade ser um locus formativo, no qual agentes educacionais teriam a oportunidade de refletir e modificar as bases de seus próprios preconceitos, ela também se notabilizou como um lugar de produção e reprodução de práticas de barbárie, fato este que, de certa forma, corrobora a asserção de Walter Benjamin (2012) de que não existe documento de cultura que não seja também um documento de barbárie. Se, historicamente, ela foi identificada como locus de produção e reprodução do conhecimento, a ponto de, kantianamente falando, se tornar um esteio na defesa de pessoas esclarecidas e não tuteladas pelas forças de outras instituições, tais como a igreja, foi também no terreno universitário que vicejaram (e ainda vicejam) agressões físicas e verbais, assédio moral e sexual, estupros, preconceitos nas formas do racismo, homofobia, misoginia, sexismo, entre outras manifestações de violência.

Por trás de uma espécie de verniz civilizatório, os praticantes de tais barbáries foram, em muitas ocasiões, beneficiados pelo silêncio, principalmente por parte dos setores administrativos universitários mais poderosos; o mesmo silêncio que ecoa nos olhares das

vítimas conscientes de que pouco ou quase nada pode ser feito, em virtude da pactuação de uma espécie de confraria de agressores. Entre todas as atrocidades cometidas nas instituições universitárias, anteriormente mencionadas, talvez a mais perene seja a do trote.

Embora este artigo tenha como objeto de análise práticas de trote cometidas nas universidades brasileiras há décadas, a própria história da universidade se confunde com a do trote, como pode-se destacar nas rixas estabelecidas entre os estudantes franceses e alemães que frequentavam as mesmas salas da universidade de Paris em 1342 (Mattoso, 1985). Já na universidade de Heidelberg, em 1491, os trotistas identificavam os novos alunos como animais que teriam seus cabelos e pelos do corpo raspados, além de tomar uma taça de vinho com urina. Vale destacar que os novatos eram exculpados de ser considerados animais irracionais, numa espécie de banquete com detritos, salsicha e sal, de modo que prestavam um juramento por meio do qual se comprometiam a repetir exatamente esse procedimento contra os próximos novatos (Mattoso, 1985). Já no Brasil, observaram-se os primeiros trotes nos estudantes das faculdades de direito, principalmente em Olinda, local em que, em 1831, um estudante do curso de direito foi morto durante um trote.

De fato, no caso do Brasil, a universidade tem, em muitas ocasiões, instigado uma luta contra ideias emancipatórias, libertárias e comunitárias. É uma universidade marcadamente individualista, na melhor das hipóteses conservadora, e, em muitos casos, francamente reacionária, em que pese a luta pela implementação de políticas de ações afirmativas. Quase sempre, ela produz um conhecimento para a dominação e a colonização das mentalidades, hostil à democracia e aos excluídos que não conseguem frequentá-la (Almeida Júnior, 2022; Andrade, 2022; Santos & Almeida Filho, 2008).

Como representante da barbárie universitária, o trote visa expulsar qualquer ideia ou pessoa que represente interesses emancipatórios de qualquer natureza. Muitos estudantes chegam à universidade com ideias emancipatórias, libertárias, identitárias, de valorização do ambiente, da cultura e do país etc., colocando em xeque o controle conservador, reacionário e imperialista sobre os *campi*. No entanto, apesar de portadores de algumas ideias emancipatórias, em geral, os estudantes chegam à universidade inseguros, com visões de mundo em construção, buscando confirmações e definições. Nessas condições, terão que se defrontar com grupos ideologicamente agressivos que os trotistas organizaram (Almeida Júnior, 2022; Zuin, 2002). O trote é uma esconjuração dessas ideias que tem o objetivo, mais ou menos consciente, de limpar

as mentalidades de tudo o que possa representar algum tipo de tendência emancipatória (política, sexual, cultural, de gênero, de raça, religiosa etc.). Na realidade, o trote é uma desconjuração de toda a humanidade do estudante que chega à universidade, uma espécie de antiexorcismo, algo efetivamente monstruoso.

Para isso, os trotistas colocam-se como centro da vida social do campus, utilizam o (mau) exemplo, a pressão psicológica, a intimidação, a exclusão, os maus tratos, a tortura, a violência crua e o que estiver à disposição (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo [Alesp], 2015). Buscam quebrar a resistência do novo estudante, triturar seu espírito e instalar um conjunto de ideias e valores favoráveis à opressão, corrupção, competição, hierarquização absoluta e irracional. Tudo isso deve ser naturalizado, entendido como em conformidade com a (cruel) “natureza humana”, e qualquer desvio deve ser ridicularizado e punido. O trote tem como fundo uma pobre e reducionista visão que propõe a competição, o comando egoísta do mais forte, a subjugação do todo pelo grupo de privilegiados, uma espécie de darwinismo obscurantista que justifica a opressão e que acha engraçado oprimir. Os trotistas esquecem que zombar dos mais fracos não é humor, mas crueldade.

No trote, ensina-se um conjunto amplo de preconceitos – como de classe, gênero, raça, comportamento sexual, aparência, religião, etnia, contra o ambiente, entre outros – que justificam a opressão, naturalizam as desigualdades e propõem a rapina ambiental (Almeida Júnior & Queda, 2006; Almeida Júnior, 2016). Isso pode ser visto nas práticas que igualam o aluno de primeiro ano ao mendigo (pedágio), às mulheres (homens travestidos), aos alcoólatras (embriaguez forçada), aos trabalhadores rurais (uso de chapelões) e aos garimpeiros (banho de lama). Também podemos perceber os preconceitos pelo exame dos apelidos que são atribuídos aos novos estudantes e que fazem referência à origem étnica, aparência física, gênero e outras condições sociais. Podemos, ainda, notar os preconceitos contra os ambientalistas na negação das questões ambientais, tão característica desses grupos.

Por tudo isso, podemos pensar que o trote sacrifica o novo estudante, mata sua identidade em desenvolvimento, sua liberdade, sua propensão à humanidade, seus sonhos de emancipação, e, em seu lugar, implanta uma personalidade carregada de preconceitos e ódio, disposta a mentir, humilhar, punir, torturar e usar violência. Em uma palavra, ensina o novo estudante a oprimir, respondendo à pressão do grupo trotista para agir dessa forma. O ideal desse grupo é uma personalidade que se diverte ao oprimir. Aqui, podemos considerar esse

grupo como gerador de personalidades antissociais, sádico narcisistas e de psicopatias (Ongaro, 1991).

Van Gennep (1960) observa que a passagem de uma condição social a outra inclui três modalidades de ritos: separação, margem e incorporação. Não há proporção exata nem equilíbrio entre essas modalidades, mas esses diferentes tipos de ritos marcam uma trajetória que resulta na transição entre posições sociais distintas. Os ritos de separação visam romper com a condição prévia, mostrando que uma modificação significativa está começando. Eles normalmente iniciam um período liminar, de aprendizado sobre a nova condição, que possui características próprias. Nesse período, a pessoa não é mais aquilo que já foi, mas também ainda não está pronta para a nova situação. É um momento de preparação, de transformação. Conforme a nova condição se aproxima, ocorrem ritos de incorporação no novo grupo. Muitas vezes, essa incorporação é gradual, com ritos a cada novo patamar alcançado.

Na forma como geralmente é percebido, o trote universitário é um ritual de separação do novo aluno de sua vida anterior. Ele constitui um choque brusco que se associa a outras separações que estão em curso no momento da entrada na universidade, saída da casa dos pais, mudança de cidade, novo patamar educacional, aprovação no vestibular, entre outras possibilidades.

No Brasil, essa separação é seguida por um período relativamente curto que, em geral, termina no dia 13 de maio¹, com um aparente “fim do trote” e incorporação do novo aluno na universidade. Pensamos, no entanto, que as coisas se passam de um modo distinto. Esse período inicial de trotes é composto por uma série de atividades de separação, que desligam o novo aluno de seus valores e compreensão anteriores à universidade. O 13 de maio marca apenas o início do verdadeiro período liminar que se estenderá por todo o curso universitário e só terminará com a formatura e entrada no mercado de trabalho, que constituem os ritos de incorporação de fato.

Geralmente, pensa-se que o trote é uma integração na universidade, mas de fato, trata-se de uma integração no grupo trotista. Ele impõe a lei do grupo sobre o indivíduo, vista como acima dos ordenamentos institucionais e, às vezes, acima até das leis gerais do país, como pode-

¹ O dia 13 de maio de 1888 é a data em que foi assinada a Lei Áurea, dando fim à escravidão no Brasil. Sua utilização para “encerrar” as atividades do trote é um deboche e mostra, inequivocamente, um caráter racista dessas atividades.

se perceber nos mandamentos direcionados aos alunos da Universidade Estadual Paulista (Unesp): “Direitos do bicho: 1) O bicho não tem direito” ... “os direitos do bicho à vida, à liberdade e à igualdade garantidos na nossa Constituição, não são válidos na Unesp” (Alesp, 2015, p. 655). Essa declaração é chocante e muito reveladora da mentalidade predominante nos grupos trotistas. Mesmo que feita em tom jocoso, ela não deixa de expor como os trotistas gostariam de ser vistos pelos novos estudantes: como senhores capazes de fazer e impor, no campus, suas próprias leis.

Aparentemente, no trote, o sacrifício é feito em nome de uma exaltação da universidade, como se esta fosse uma deusa. Mas as aparências enganam, e o sacrifício é, de fato, oferecido ao grupo trotista. O novo aluno é sacrificado para ter acesso a ele. O endeusamento da universidade é apenas uma camuflagem que encobre o ídolo real que tudo comanda: o grupo trotista. Em termos práticos, esse ocultamento representa um sequestro da universidade e do campus pelos trotistas, que efetivamente não a amam, mas a aprisionam, exploram e degradam, utilizando-a para proteger e promover seus interesses. De fato, nos sacrifícios do trote, são as tendências e ideias emancipatórias que são imoladas, mutilando os novos estudantes. Podemos perceber os resultados dessa imolação comparando os comportamentos dos estudantes trotistas e daqueles que não se integram nesse grupo (Almeida Júnior, 2016).

As exigências irracionais do grupo trotista e sua aceitação estabelecem uma dependência do novo estudante em relação ao grupo. A particularidade dos valores desse grupo, suas mentiras, negações da realidade e das normas sociais de comportamento, isolam seus membros do restante da sociedade, fazendo com que eles tenham pouca ou nenhuma possibilidade de compartilhar os assuntos do grupo com pessoas de fora. Uma espécie de realidade paralela, autorreprodutora e autorreguladora, se estabelece. De modo geral, ela é incompreensível e perversa para quem está fora do grupo. A negação da realidade e dos valores externos, tão característica dos grupos trotistas, é fundamental para sua perpetuação. Quanto mais aderido aos valores internos, menor o contato com a realidade, mais bizarro o comportamento. Diana Dias e Maria José Sá (2014) sugerem a existência dessa dependência entre os estudantes que pesquisaram em Portugal.

Após examinar o trote universitário com o devido cuidado, percebemos que ele tenta imolar a emancipação que desafia a ordem desigual defendida por seus adeptos. No trote, as pessoas se tornam “escravas” para, supostamente, ter o direito de “escravizar”. Pensam que, ao

consentir sua condição de oprimidos, terão o direito de oprimir. Vivem em um incivilizado mundo paralelo no qual a constituição, a democracia, a igualdade de direitos e o cuidado com o outro não existem. O trote coloca-se, assim, como um momento importante na formação e manutenção de grupos de profissionais com uma mentalidade retrógrada, descolada da busca de soluções efetivas para as desigualdades sociais que assolam o país. Profissionais estes que levarão as ideias e preconceitos consolidados durante o trote para suas atividades técnicas e de comando, bloqueando transformações sociais necessárias e óbvias. Negam a realidade, impondo sofrimentos desnecessários àqueles que têm sua humanidade desconsiderada. Os trotistas são admiradores e construtores ativos da exclusão social.

Nos ritos das sociedades sem Estado, podemos ver a tentativa de manter o grupo coeso. Eles fornecem caminhos para as diversas transições que, inevitavelmente, ocorrerão durante a vida das pessoas. Essas transições precisam ser explicadas, ter um sentido, para que a sociedade não sofra demais, não fique demasiadamente descoordenada, para que as forças centrífugas que agitam as paixões humanas permaneçam sob controle. Logo, os ritos possuem essa qualidade reguladora, elucidativa. Nas sociedades com Estado, eles continuam atuando na construção dessas dinâmicas estabilizadoras, mas, por seu caráter divisor, em certos momentos, se transformam em reação irracional, desconectada da realidade, que bloqueia o estabelecimento de novas formas de organização social, novas formas de pensar as leis, os direitos, as relações com a natureza, a interação entre as pessoas. A cooperação busca retomar seu caminho e é barrada pelo rito que, nos primórdios da humanização, a estabeleceu como divindade, como base da existência social. O pêndulo que oscila entre cooperação e competição precisará superar esses impasses e retomar a trajetória necessária aos processos civilizatórios.

Compreendido como um tipo de rito, a violência do trote não serve para prevenir uma violência maior, ao contrário, ela reafirma a grande e desnecessária violência social que poderia ser facilmente evitável com um pouco mais de igualdade. Em alguns casos, essa destruição resulta em abandono do curso, colapso, transtornos mentais e suicídios (Lima et al., 2017; Swofford, 2020). O trote forma grupos coesos mas disfuncionais, apartados das necessidades da sociedade e voltados contra ela. Para que essa coesão seja mantida, torna-se fundamental compreender o papel do trote como objeto de disputa entre a universidade e o grupo dos estudantes trotistas.

O trote como crise sacrificial e a hegemonia ritualística do grupo trotista

A designação do trote como tradição imutável, como se não fosse possível relacionar a entrada na vida universitária a uma recepção que não seja pautada no emprego de violência, remete o raciocínio para análise da relevância do trote para o funcionamento de estruturas burocrático-autoritárias da própria universidade. A partir desse momento, seria interessante refletir sobre a importância do trote para a coesão das relações estabelecidas no âmbito universitário. Para tanto, faz-se necessária a lembrança das seguintes considerações de Girard (1990, p. 19) sobre o rito sacrificial e sua função na economia psicossocial do grupo que o pratica:

O sacrifício tem aqui uma função real. E o problema da substituição coloca-se no nível de toda a comunidade. A vítima não substitui tal ou tal indivíduo particularmente ameaçado, e não é oferecida a tal ou tal indivíduo particularmente sanguinário. Ela simultaneamente substitui e é oferecida a todos os membros da sociedade, por todos os membros da sociedade. É a comunidade inteira que o sacrifício protege de sua própria violência, é a comunidade inteira que se encontra assim direcionada para vítimas exteriores. O sacrifício polariza sobre a vítima os germens de desavença espalhados por toda parte, dissipando-os ao propor-lhes uma saciação parcial.

De acordo com o raciocínio de Girard, poder-se-ia destacar as presenças de dois tipos de violência em relação aos ritos sacrificiais: a purificadora, que permite que, por meio do ritual de sacrifício, a vítima canalize as violências dos membros da comunidade, fazendo que os “germens da desavença coletiva” sejam parcialmente saciados; e a violência impura, que não consegue ser impedida de estar presente em todas as relações sociais e se alastra de maneira incontrolável. Quando a segunda violência prevalece sobre a primeira, então ocorre a chamada crise sacrificial, assim definida pelo historiador e antropólogo francês:

A crise sacrificial, ou seja, a perda do sacrifício, é a perda da diferença entre a violência impura e a violência purificadora. Quando se perde essa diferença, não há mais purificação possível e a violência impura, contagiosa, ou seja, recíproca, alastra-se pela comunidade A crise sacrificial deve ser definida como uma crise das *diferenças*, ou seja, da ordem cultural em seu conjunto (Girard, 1990, p. 67).

No caso do trote, a crise sacrificial se instaura quando um grupo – o dos trotistas que praticam atrocidades físicas e psicológicas – se diferencia dos demais e assume o poder de decidir quais serão as formas de violência e quando serão aplicadas nos novos estudantes. Ao se disseminar de forma incontrolada, esse tipo de violência se impõe de tal forma que, em situações-limites, as mortes, os estupros, as mutilações físicas e psicológicas dos novatos são escusadas como excessos decorrentes de brincadeiras que passaram dos limites. Essa justificativa, alicerçada no desengajamento moral dos que praticaram tais barbáries e daqueles que as minimizam, torna-se decisiva para a permanência tanto das estruturas de poder nas universidades, quanto para a aparência de que tais agressões só podem ser consideradas fatos isolados, pois a universidade precisa ser visibilizada como o lugar da excelência da produção do conhecimento e do convívio acadêmico alicerçado em comportamentos morais.

No entanto, o que realmente vigora é uma espécie de *aparência de moralidade*, o interior da qual é composto por diversas violências físicas e psicológicas. Torna-se até mesmo irônico lembrar a aspiração de Kant, que, no auge do iluminismo europeu, destacava a importância do germen do esclarecimento (*Aufklärung*) se alastrar para todas as instâncias sociais, também por meio da universidade, de modo que o indivíduo não mais fosse tutelado principalmente pela igreja e, portanto, deixasse de ser menor ao fazer uso público de sua razão. Sendo assim, o filósofo prussiano alertava para o fato de que: “Mediante a arte e a ciência somos *cultivados* em alto grau Mas ainda falta muito para nos consideramos moralizados” (Kant, 1986, p. 19). Ora, para que a moralidade fosse efetivamente cultivada, seria fundamental fazer com que, por meio da arte e da ciência, as práticas de decoro e do amor à honra fossem substancialmente experimentadas nas vidas dos indivíduos. Para tanto, a universidade teria papel fulcral em relação à formação do indivíduo esclarecido capaz de criticar sua submissão a certas instituições sociais, notadamente a igreja no século XVIII. Assim, faria com que o indivíduo experimentasse substancialmente em si os vínculos ético-morais estabelecidos com os outros.

Contudo, essa aspiração de Kant desvaneceu-se à medida em que recrudesceram as contradições entre as relações de produção capitalistas e as forças produtivas que demandaram o acirramento das desigualdades sociais e da exploração como condição de geração e incremento de capital. Eis como a ironia se revela: a universidade, que deveria ser, por excelência, a instância social de combate a qualquer tipo de barbárie se metamorfoseia num lugar em que a produção e reprodução do conhecimento se esteia principalmente em relações de competição e desavenças constantes entre seus partícipes.

Por trás do atual cultivo universitário das artes e das ciências, há uma cultura de barbáries que é a todo momento dissimulada, ou mesmo negada, por seus representantes oficiais. Não por acaso, atualmente muitas universidades se esmeram em tentar se eximir de quaisquer responsabilidades quanto às práticas de trote, seja pela racionalização de que as agressões físicas e psicológicas foram cometidas fora de seus *campi*, seja pela dificuldade de punir os trotistas que cometeram as atrocidades contra suas vítimas, pois a imagem da universidade poderia ser posta em xeque se os casos viessem à tona.

Outro indício das disfuncionalidades associadas ao trote é a constatação de que suas práticas não unificam, ao contrário, radicalizam as divisões entre os estudantes dentro do campus (Almeida Júnior, 2016), podendo ser, por isso, caracterizado como violência impura, divisiva, nos termos de Girard (1990).

Na atual sociedade do espetáculo, com relações algoritmicamente metrificadas (Mau, 2019) de modo que tudo passa a ser publicamente avaliado, inclusive os professores e suas respectivas universidades, definitivamente não benéfico ter o nome da universidade associado a uma atitude de conivência com o trote. Dessa forma, ao lado das ações das universidades, que procuram desvincular seus nomes em relação aos trotes consumados, notabilizam-se as tentativas de se fazer com que seja restaurada, nos dizeres de Girard, uma espécie de violência purificadora em relação à vítima do trote, com o escopo de se tentar dominar as formas avassaladoras e descontroladas de violência feitas pelo grupo trotista.

Diante desse cenário, a própria instalação do denominado trote solidário adquire a conotação de promover um tipo de violência, por assim dizer, purificadora no meio universitário. Contudo, há que se lembrar que a palavra trote é violência corporificada em linguagem, pois não é possível existir qualquer prática de trote destituída de violência. Em seu âmago, o trote corporifica a ideia de que alguém se julga no direito de domesticar outra pessoa que não pode ser considerada como tal, mas como “*bixô*”, palavra em que uso da letra *x* em vez de *ch* já desvela o desprezo daquele que se considera superior a ponto do destrutado não merecer nem mesmo ser identificado como bicho. É por isso que trote solidário é um composto de termos contraditórios em si, pois a ação dos novos estudantes de ajudar necessitados, por meio de medicamentos arrecadados, por exemplo, é deslegitimada diante da imposição de ter de praticá-la na condição do trote.

Na verdade, há outros indícios de tentativas da universidade de assumir o controle sobre a violência, de tal maneira que seja restaurada a violência purificadora, enfatizada por Girard, que contribui para a coesão da comunidade universitária como um todo. Após o assassinato do estudante Edison Tsung-Chi Hsueh, encontrado morto na piscina do clube da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) em 1999, houve várias campanhas de combate ao trote promovidas pelas universidades. Uma delas foi criada pela Unesp em 2000 e se chamou “Trote nunca mais”². A ideia foi de premiar as melhores frases cujos dizeres fossem contra o trote. A frase vencedora foi a seguinte: “Cuidado veterano! Bixo agora é protegido por lei”³. A frase que ficou com a terceira colocação teve os seguintes dizeres: “Calouro é bixo, mas veterano não pode ser animal”.

Essas premiações, na realidade, demonstram claramente como a estrutura burocrático-autoritária da universidade considera seus novatos – “*bixos*” passíveis de serem domesticados. Com efeito, a soberba intelectual acompanha a história das relações entre os agentes educacionais desde os primórdios da universidade, de modo que talvez não fosse equivocada a constatação de que os trotistas humilhados por seus professores sadicamente exerçam sua vingança nos novos estudantes, de modo a perenizar um processo de interação sadomasoquista. De fato, os trotistas fazem representações, em certos trotes, das violências dos professores às quais são submetidos no cotidiano universitário, tal como será analisado logo mais no caso da aula-trote.

Outrossim, da mesma forma como o novato suporta, de forma masoquista, as dores físicas e psicológicas dos trotes, ele adquire o direito de, quando se tornar trotista, domesticar sadicamente os próximos estudantes que ingressarem na universidade (Zuin, 2002). Ele terá esse “direito” pois passou pelas barbáries dos trotes e, portanto, tornou-se reconhecido pelos trotistas mais velhos como membro do grupo que se considera melhor do que todos os outros. Contudo, para que se imponha a chamada violência purificadora anteriormente citada, o trotista que passa dos limites precisa ser domesticado, a exemplo do “*bixo*”. Daí o alerta da frase premiada com a terceira colocação no concurso, pois se o novato é um “*bixo*” que precisa ser domesticado, o veterano não pode ser um animal da mesma estirpe, pois, supostamente, ele já deveria ter sido

² Lembrando a expressão “Tortura nunca mais”, criada para questionar a ditadura de 1964.

³ Remetendo às leis de proteção da fauna, uma espécie de deboche em relação às leis ambientais.

domesticado. Consequentemente, se ele se comportar como tal, terá de ser também domado e controlado em suas ações trotistas.

As frases vencedoras do concurso são advertências aos trotistas para que prestem atenção quando forem agredir os novos estudantes, sobretudo para que não ultrapassem as linhas demarcatórias de determinadas fronteiras. Ou seja, os trotistas não podem sair do script das violências purificadoras permitidas na vida universitária, pois, se o fizerem, será instaurada a violência impura que se espalha de forma incontrolável, a ponto de engendrar um assassinato ou estupro que, imediatamente, atraem os holofotes midiáticos potencialmente desastrosos para a imagem da universidade em foco. O fato é que não é mais possível interpretar todas as ações trotistas como unificadoras ou purificadoras por definição, como talvez tenha ocorrido no passado.

Seguindo essa linha de raciocínio, torna-se pertinente refletir sobre a função da aula-trote para a preservação da violência purificadora que supostamente coligaria os partícipes do meio universitário. Como a própria denominação explicita, a aula-trote é proferida por um trotista que representa o papel de um professor diante dos novos estudantes. Esse “professor” entra na sala de aula, cumprimenta rapidamente os novatos e lhes diz que não tolerará atrasos em sua aula, pois, se ocorrerem, serão punidos com suspensão ou mesmo expulsão do curso.

A seguir, o “professor” inicia a exposição dos conteúdos de sua disciplina, cujos textos deverão ser lidos em quatro línguas. Além disso, ele afirma que não permitirá quaisquer contestações referentes ao emprego de sua didática e sistema de avaliação. Subitamente, um estudante trotista, que finge ser um novato, se revolta e diz ao “professor” que ele está sendo autoritário. Ao ouvir esse comentário, o “professor” expulsa o estudante trotista da aula aos berros. Uma vez que ainda não se conhecem, os novatos acreditam que o estudante expulso da aula seja mesmo um novo estudante. Nesse ínterim, os estudantes novatos estão totalmente boquiabertos e desesperados diante das atitudes destemperadas do suposto professor, e alguns podem até começar a chorar.

De repente, um aluno trotista invade a sala de aula e grita: “Seus bichos burros, vocês acabaram de participar de uma aula-trote”. Entre choros e risos, os trotistas abraçam os novos alunos, numa espécie de identificação masoquista, haja vista que, no ano anterior, foram eles que se desesperaram com as destemperanças do “professor” no transcorrer da aula-trote. Mas

finalmente chegara o momento de se vingar sadicamente da dor sofrida no ano anterior, repetindo o mesmo rito da aula-trote contra os novos estudantes.

É interessante observar que a aula-trote pode ser caracterizada como uma cifra das queixas dos estudantes em relação a seus professores no transcorrer das atividades do cotidiano universitário. A maior parte delas está representada na exigência da pontualidade que não permite quaisquer atrasos, a despeito de possíveis eventualidades; na realização de tarefas muitas vezes desproporcionais, uma vez que cada professor considera sua disciplina a mais importante; na ausência de diálogo entre os docentes, o que implica no descompasso não só entre a quantidade de atividades requeridas em cada disciplina, como também na repetição de conteúdos; na impossibilidade dos estudantes de opinar sobre a didática do professor e seus métodos de avaliação, entre outras reclamações. Sendo assim, ao exorcizarem todas essas objeções, numa espécie de catarse regressiva, as relações de poder e, em alguns casos, de dominação, são preservadas por meio da permanência da violência purificadora que é canalizada para o novo estudante na condição de vítima expiatória.

Não por acaso, ao serem questionados a respeito da existência da aula-trote, muitos professores não somente são favoráveis, como também cedem o espaço da própria aula para que a aula-trote possa ser realizada (Zuin, 2002). Eles sabem, no íntimo, que a aula-trote permite que as insatisfações dos estudantes sejam expurgadas por meio desse movimento catártico regressivo, posto que o expurgo proporciona uma sensação de alívio e, concomitantemente, contribui para a manutenção das relações de poder desproporcionais entre professores e alunos e, portanto, da violência purificadora. Não lhes importa se os novos estudantes vão se desesperar a ponto de até mesmo abandonar o curso diante das violências físicas e psicológicas decorrentes dos trotes aplicados, pois tais violências reguladas são fundamentais para a preservação da coesão psicossocial dos professores, estudantes trotistas, dirigentes e técnicos-administrativos da universidade.

O sacrifício do novo estudante, que se torna vítima expiatória, não ocorre em vão, na medida em que permite fazer com que os germens das desavenças entre esses grupos universitários não sejam espalhados por toda parte, de forma totalmente descontrolada. Dessa maneira, pode-se estabelecer um fio condutor entre a aula-trote, certas campanhas universitárias contra o trote e o trote solidário: todas elas são tentativas de preservar a ordem por meio da

violência institucionalmente legitimada e que contribui para salvaguardar a coesão universitária por meio da eleição do novo estudante como vítima expiatória.

Tudo seria perfeito se não houvesse um detalhe: o desejo de poder dos trotistas, sobretudo dos que, por assim dizer, exacerbam em relação aos trotes aplicados nos novos alunos. É como se os trotistas dissessem em alto e bom som: “Nós é que temos o direito de escolher como e até quando os novatos sofrerão. Chegou a nossa vez de exercer nosso poder!”. Quando isso ocorre, instaura-se exatamente aquilo que a universidade quer evitar a todo custo: a denominada crise sacrificial. Ou seja, instala-se uma crise de diferenças, pois o grupo trotista se autodeclara controlador das práticas do trote, ficando a seu critério os modos como os novos estudantes sofrerão por ocasião dos trotes realizados. Diante desse cenário, apresentam-se condições amplamente favoráveis para que, da violência descontrolada, surjam os eufemisticamente chamados excessos (leiam-se barbáries), tais como: jogar ácido nos corpos dos novos alunos, de modo que alguns ficam cegos diante dessa “brincadeira” infeliz; estupros justificados por embriaguez das vítimas (afinal, foram elas quem quiseram se embriagar); morte por afogamento do novo estudante que, infelizmente, não sabia nadar (se soubesse, não teria morrido, portanto é culpado de seu infortúnio) e que, mesmo assim, foi jogado na piscina pelos trotistas, entre outros.

Com efeito, os trotistas aprenderam bem as lições de seus “professores”: num ambiente em que prevalece a soberba intelectual, bem como uma relação de interação sadomasoquista, alguns se julgam no direito de serem superiores em relação aos outros que devem ser domesticados, os denominados “*bixos*”. Já para a universidade como um todo, se as práticas de trote pudessem ser circunscritas ao chamado pedágio, às raspagens de cabelos e pinturas em todo o corpo, e até mesmo às “brincadeiras” misóginas, sexistas, racistas e machistas, então não haveria problemas, pois seriam trotes rotulados como “leves” e que possibilitariam a coesão dos grupos do meio universitário pelo emprego da violência purificadora na vítima expiatória.

O problema para a universidade ocorre quando os trotistas resolvem se diferenciar como grupo hegemônico e decidem, literalmente, tomar as rédeas do processo de domesticação, de tal maneira que “exorbitam” na escolha de práticas de trote que podem produzir sequelas irreversíveis e, assim, chamar a atenção da mídia. Em tempos da chamada memória digital, por meio da qual nada pode ser esquecido, a vinculação do logotipo da universidade com a prática de trotes “pesados” pode ser fatal para sua sobrevivência, como foi anteriormente observado.

Na verdade, a desproporção de violência que existe entre alguém que é assassinado no trote e aquele que é obrigado pelos trovistas a arrecadar dinheiro nos semáforos durante os pedágios não pode ser uma justificativa para asseverar a importância da continuidade da chamada tradição de aplicação de trotes “leves”, como se eles não fossem violentos. Ora, tanto os trotes considerados leves quanto os pesados são trotes: ambos são práticas de violência que podem engendrar sequelas físicas e psicológicas para o resto das vidas de suas vítimas. Assim como os trotes “leves” não podem ser considerados uma alternativa diante do risco de aplicação dos “pesados”, a chamada violência purificadora dos primeiros não pode ser defendida como plausível de ser empregada em detrimento da violência impura/descontrolada dos segundos e que é instauradora da crise sacrificial no ambiente universitário.

Perante essa disputa pelo controle das práticas de trote entre a gerência universitária e os alunos trovistas, surgem as seguintes questões: será que toda e qualquer recepção de novos estudantes tem que se pautar pelo exercício de violências físicas e psicológicas, como se não houvesse alternativa? Será que os elos estabelecidos entre os grupos universitários precisarão sempre ser consolidados por meio do emprego da denominada violência purificadora em relação ao novo aluno, identificado como vítima expiatória? Não seria possível fomentar novas tradições de recepção de estudantes, as quais se alicerçariam em práticas de inclusão e de respeito às identidades de cada um?

Conclusão

Questões como as anteriores são desafiadoras, pois as respostas a todas elas convergem não somente na refundação da forma de recepção dos novos estudantes, como também de outras relações entre professores, estudantes, dirigentes e técnicos-administrativos das universidades. Tanto o engendramento de novas formas de recepção de estudantes na vida universitária quanto a elaboração de relações que não se balizem na soberba e em práticas de interação sadomasoquistas entre os agentes educacionais confluem num outro tipo de tratamento quanto ao estudante que ingressa na vida universitária. Evidentemente, o trote e sua violência são desnecessários e, nesse momento histórico, não unificam, mas dividem e desagregam.

O estudante adentra esse novo mundo aspirando ser recepcionado com respeito e dignidade por seus colegas mais experientes e é muitas vezes tratado como uma espécie de vítima expiatória que deve ser imolada, seja em prol da persistência da violência purificadora que auxilia a preservar a coesão dos grupos universitários arrefecendo as agressões entre si, seja a favor da continuidade das barbáries descontroladas que são realizadas por certos grupos trotistas. Portanto, não existe prática de trote que seja destituída de qualquer tipo de exercício de violência. Aliás, há que se enfatizar o fato de que as execuções de agressões físicas e psicológicas num momento de extrema alegria, referente à aprovação no vestibular e início de uma nova etapa da vida, é uma das características mais cruéis do trote, justamente porque num momento de júbilo tais violências tendem a ser mitigadas e não consideradas como o que de fato são: elementos de uma festa de barbárie.

Seguindo essa linha de raciocínio, é uma falácia asseverar que depende exclusivamente da vontade do novo estudante participar ou não dos trotes nas ocasiões de recepção na vida universitária e que, portanto, seria condescendente com qualquer tipo de agressão que lhe fosse imputada. Essa ilusão de exercício de livre arbítrio rapidamente se esvaece, na medida em que não participar do trote, ou mesmo denunciá-lo por meio do disque denúncia, pode supostamente implicar no cancelamento, para fazer uso de uma expressão atual, não somente físico (quando os outros estudantes mais experientes simplesmente evitam ter qualquer contato com o estudante denunciador durante todo o curso), como também nas redes sociais concernentes ao meio universitário, e que abrangem as participações em trabalhos e confraternizações estudantis. Todavia, diante da massiva pressão do grupo de trotistas, que consideram como seus comparsas somente aqueles que se submetem aos ditames calcados na humilhação e nas agressões físicas dos novos estudantes, há que se reconhecer também o surgimento de movimentos de resistência entre os próprios alunos, geralmente organizados pelos centros acadêmicos, que se rebelam contra a lógica de integração cruel e desumana do trote.

Dessa forma, não somente os trotistas passam a ter suas práticas coletivamente questionadas, como também a estrutura administrativa da universidade que, um tanto quanto a contragosto, começa a se movimentar no sentido de punir os estudantes que insistem em cometer barbáries dentro e fora do âmbito universitário e de promover programas contínuos de discussão e de combate ao trote (que não se restringem aos momentos da recepção de estudantes) no transcorrer do ano letivo. Talvez esse já possa ser identificado como um indício

de reafirmação da universidade como local de produção e reprodução de um tipo de conhecimento que fomenta práticas de interações humanistas, capazes de tratar o novato como um indivíduo emancipado, que tem um nome e uma história, e não como um “bixo”.

Referências

- Almeida Júnior, A. R. (2016). *Anatomia do trote universitário* (2a ed.). Hucitec.
- Almeida Júnior, A. R. (2022). Aflições da universidade dependente, neoliberal e corporativa. In A. Leonídio, A. R. Almeida Júnior, & E. O. Andrade (Orgs.). *Brasil: 200 anos de (in)dependência* (pp. 122-146). Hucitec.
- Almeida Júnior, A. R., & Queda, O. (2006). *Universidade, preconceitos e trote*. Hucitec.
- Andrade, E. O. (2022). Planificação socialista e ciências para um Brasil independente. In A. Leonídio, A. R. Almeida Júnior, & E. O. Andrade (Orgs.). *Brasil: 200 anos de (in)dependência* (pp. 94-121). Hucitec.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (2015). *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre violações dos direitos humanos das faculdades paulistas*. <https://tinyurl.com/46w4vj9k>
- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura* (8a ed.). Brasiliense.
- Chomsky, N. (2004). *Chomsky on (mis)education* (D. Macedo, Ed.). Rowman & Littlefield Publishers.
- Clastres, P. (2003). *A sociedade contra o Estado: Pesquisas de antropologia política*. Cosac & Naify.
- Clastres, P. (2004). *Arqueologia da violência: Pesquisas de antropologia política*. Cosac & Naify.
- Conchão, S. (2023). Faculdade de medicina “ame-a ou deixe-a!”: Um estudo interseccional sobre o trote universitário. Hucitec.
- Dias, D., & Sá, M. J. (2014). Initiation rituals in university as lever for group cohesion. *Journal of Further and Higher Education*, 38(4), 447-464. <https://doi.org/10.1080/0309877X.2012.722198>

- Durkheim, É. (1996). *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*. Martins Fontes.
- Freitas, M. E., Heloani, R., & Barreto, M. (2008). *Assédio moral no trabalho*. Cengage Learning.
- Girard, R. (1990). *A violência e o sagrado*. Unesp.
- Han, B.-C. (2021). *O desaparecimento dos rituais: Uma topologia do presente*. Vozes.
- Kant, I. (1986). *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Brasiliense.
- Kim, N. C. (2015). *The origins of ancient Vietnam*. Oxford Studies in the Archaeology of Ancient States.
- Kusimba, C. M. (2020, 19 de novembro). Early states and complex societies in eastern and southern Africa. *Oxford Research Encyclopedia of Anthropology*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190854584.013.70>
- Laraia, R. B. (1967). O “homem marginal” numa sociedade primitiva. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, 4(1), 143-157.
- Lima, M. C. P., Ramos-Cerqueira, A. T. A., Dantas, C. L., Lamardo, J. R., Reis, L. E. C., & Torres, A. R. (2017). O trote e a saúde mental de estudantes de medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 41(2), 210-220. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n2RB20160025>
- Mattoso, G. (1985). *O calvário dos carecas: História do trote estudantil*. EMW.
- Mau, S. (2019). *The metric society: On the quantification of the social*. Polity Press.
- Ongaro, S. (1991) Trote: instrumento de integração ou fenômeno psicopatológico. *Revista dos alunos UNESP*, (4).
- Said, E. W. (2005). *Representações do intelectual*. Companhia das Letras.
- Santos, B. S., & Almeida Filho, N. (2008). *A universidade no século XXI: Para uma universidade nova*. Almedina.
- Stonequist, E. V. (1937). *The marginal man: A study in personality and culture conflict*. Simon & Schuster.
- Swofford, J. J. (2020). The hazing triangle: Reconceiving the crime of fraternity hazing. *Journal of College and University Law*, 45(2), 296-330.

Turner, V. (1969). *The ritual process: Structure and anti-structure*. De Gruyter.

Van Gennep, A. (1960). *The rites of passage*. The University of Chicago Press.

Zuin, A. A. S. (2002). *O trote na universidade: Passagens de um rito de iniciação*. Cortez.

Notas

Dados da submissão:

Submetido à avaliação em 19 de agosto de 2023; revisado em 16 de fevereiro de 2024; aprovado para publicação em 04 de julho de 2024.

Autor correspondente:

Ribeiro de Almeida Jr, Antônio – Universidade de São Paulo – USP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, Economia, Administração e Sociologia, Rua Marcelo Tupinambá, 260, Piracicaba, SP, 13418-900, Brasil.

Apoio e financiamento:

CNPq – Bolsa Produtividade em Pesquisa 1A, proc. 309203/2021-0

Revisão textual:

Normalização bibliográfica (APA 7ª Ed.), preparação e revisão textual em português: Luiza Corrêa (Tikinet) <revisao@tikinet.com.br>

Versão e revisão em língua inglesa: Marília Dominicci (Tikinet) <traducao@tikinet.com.br>

Editores responsáveis:

Editor Associado: Alexandre Fernandez Vaz <<https://orcid.org/0000-0003-4194-3876>>

Editor Chefe: Chantal Victória Medaets <<https://orcid.org/0000-0002-7834-3834>>